

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/4773	7111/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 35503/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Autorização de destaque e emissão de certidão - #G0162#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Face à informação técnica antecedente, e mantendo-se inalterados os pressupostos que fundamentam a proposta de indeferimento, conclui-se que o presente pedido não reúne as condições legalmente exigidas para aprovação, nos termos expostos, pelo que se propõe o indeferimento definitivo do pedido apresentado.

Nos termos dos artigos 114.º do Código do Procedimento Administrativo comunique-se o teor da presente informação técnica ao requerente.

Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/4682 de 10 de Fevereiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Com base na informação técnica que antecede indefere-se definitivamente o presente pedido, procedendo-se ao seu arquivamento.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 35503/2025

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RE-18827

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: RUA DO ALTO DA AMARELA, RUÍLHE

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE E EMISSÃO DE CERTIDÃO

10/02/202

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-18827 de 28/08/2025, apresenta um pedido de autorização de destaque e emissão de certidão, que pretende levar a efeito no prédio sito na freguesia de Ruílh, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 395/20031022, inscrito na matriz de natureza rústica sob o artigo n.º 390.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 4 do Artigo 6.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, presente operação urbanística está isenta de controlo prévio.

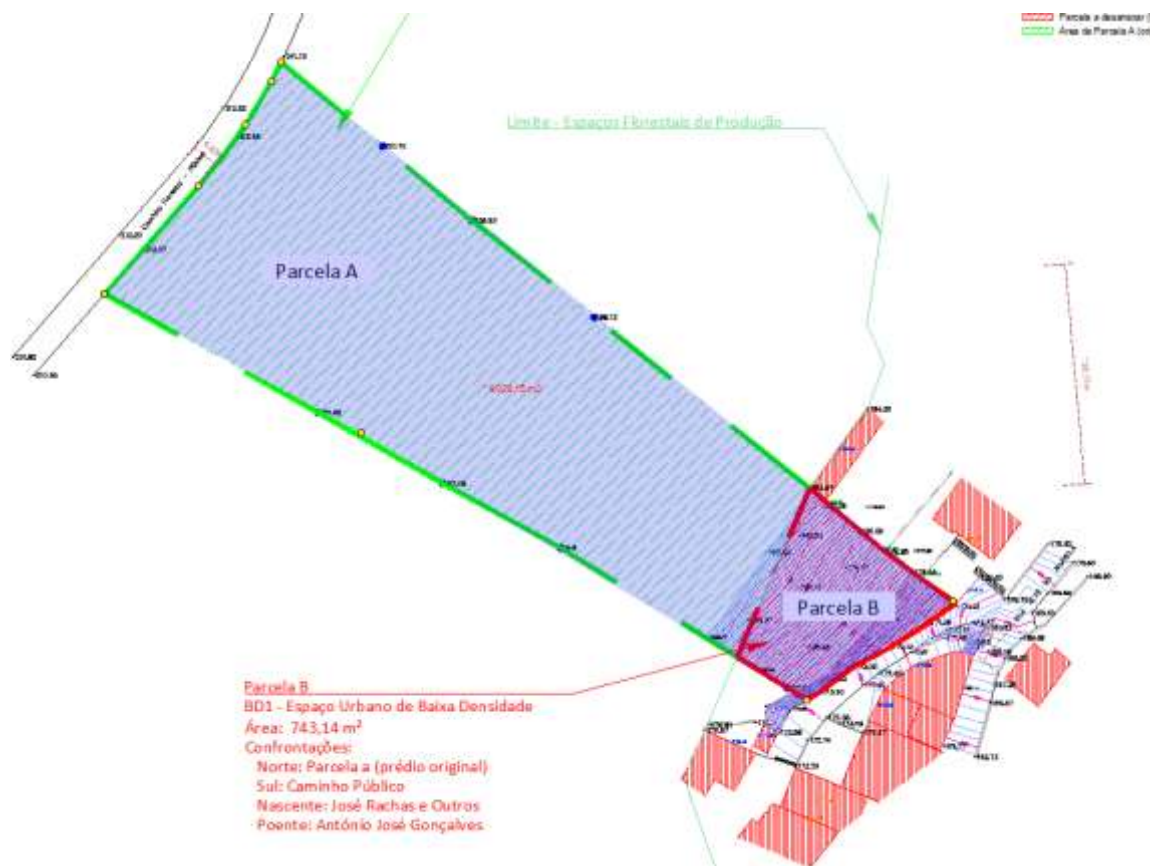
2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes:
- 2.2. Licença de utilização n.º 645 concedida a 23/10/1992.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

- 3.1. Nos termos da informação técnica n.º 2025-22932, de 10/09/2025, da Divisão de Procedimentos Urbanísticos, pedido encontra-se corretamente instruído.
- 3.2. O requerente apresenta uma planta, indicando as parcelas a destacar e sobranter. Sendo que:
Área total da parcela – 5963,14 m²
Parcela a destacar (Parcela B) – 743.14m²
Parcela sobranter – 5220.00 m²





- 3.2.1. A operação urbanística propõe um fracionamento de terreno efetuado por destaque, em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como Espaço urbano de baixa densidade (BD1) e Espaço Florestal de Produção (FPP).
- 3.2.2. Nos termos do artigo 6.º do RJUE, distingue-se o regime aplicável consoante a localização do prédio em perímetro urbano ou fora dele. Tratando-se do caso em apreço de solo situado fora do perímetro urbano, o destaque apenas se encontra isento de licença quando cumulativamente se verificarem as condições previstas no n.º 5 do mesmo artigo, designadamente:
- (i) que na parcela destacada apenas seja erigido edifício destinado exclusivamente a fins habitacionais, com o máximo de dois fogos;
 - (ii) e (ii) que a parcela restante respeite a área mínima fixada em projeto de intervenção em espaço rural em vigor, ou, na sua ausência, a área de unidade de cultura definida pela lei geral para a região.
- 3.2.3. Acresce que, nos termos do n.º 8, e considerando que ambas as classificações possuem capacidade edificatória, nos termos dos artigos 77.º e 40.º do RPDM, mesmo em situações de isenção de licença, subsiste a obrigação de cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as constantes de planos municipais de ordenamento do território.
- 3.2.4. Assim, importa concluir que a parcela objeto de destaque deverá assegurar as condições mínimas de acessibilidade e infraestruturas legalmente exigíveis, **em conformidade com o disposto no artigo 10.º do RPDM em vigor e artigo n.º 29 do RPDM em revisão**, o qual impõe que cada prédio disponha de acesso por via pública habilitante, devidamente infraestruturada e com largura mínima de 5 metros – condição que não se encontra atualmente garantida na parcela a destacar (sobrante).

O requerente veio, através do registo n.º 2025-E-RE-23193, de 10/10/2025, prestar esclarecimentos, alegando que, cumulativamente, por se tratar de um caminho não pavimentado, com vegetação densa a invadir a via e sem



delimitação física nas bermas (muros, marcos, vedações, entre outros), os seus limites são de difícil definição. Nesse sentido, solicita alguma tolerância na medição da largura da rua em projeto, uma vez que a medição referida no parecer técnico se encontra apenas 37 cm abaixo da largura exigida pelo RPDM.



Figura 1: Imagem apresentada no documento instruído

- 3.2.5. Pelos factos aqui descritos, e caso houvesse dúvida, confirmamos a não infraestruturação do caminho pelo que s corrobora a proposta de decisão da informação técnica que antecede face à inviabilidade da proposta.

Nota: Poderá em operação urbanística autónoma garantir a infraestruturação e alargamento do caminho dotando das características necessárias para posteriormente solicitar o destaque pretendido.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 4.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2011 de 7 de janeiro, **o órgão competente apenas pode realizar uma única audiência prévia**, na qual deve ser incluída toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão.
- 4.2. Tendo já sido concedida ao requerente a oportunidade de pronúncia ou de correção da proposta, e mantendo-se inalterados os pressupostos que fundamentam a decisão, propõe-se o indeferimento definitivo do pedido, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), bem como o consequente arquivamento do processo.
- 4.3. Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

